O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 51 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10968985

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

IMPACTOS DAS IPSAS E DA CULTURA NACIONAL NO GOVERNO ELETRÔNICO DOS PAÍSES

Johnatan Bezerra de Melo[1]

Daniel José Cardoso da Silva[2]

Fernando Santos da Paixão[3]

Hellen Bomfim Gomes Dias[4]

Arlindo Menezes da Costa Neto[5]

Resumo

Este estudo analisou os impactos das IPSAS e da cultura nacional no governo eletrônico dos países. Adotou-se uma abordagem quantitativa, por meio do método dedutivo, sendo uma pesquisa exploratória e descritiva. Foram coletados dados secundários de 86 países disponíveis em organismos internacionais, como a *United Nations,* a *International Federation of Accountants* e o *The Culture Factor Group,* para o ano de 2022, utilizando-se, para analisá-los, a correlação de Spearman para as associações e a regressão fracionária logística para a relação entre as variáveis, tendo como variável dependente o índice de *e-government* e como variáveis independentes o estágio de adoção das IPSAS e as dimensões culturais nacionais de Hofstede. Os resultados mostraram que a adoção das IPSAS impacta positivamente o desenvolvimento do governo eletrônico nos países, melhorando a *accountability,* o fornecimento de informações e a participação popular nas decisões políticas. O individualismo e a orientação a longo prazo são estatisticamente significativos de forma positiva, corroborando o alinhamento entre tecnologia da informação e comunicação com a educação da sociedade, enquanto a distância do poder foi negativa, pois, melhorando a transparência das informações, favorece a redução das desigualdades entre cidadãos, sendo relativos ao governo eletrônico dos países. Dessa forma, conclui-se que o governo eletrônico é impactado tanto pela adoção das IPSAS quanto pela cultura nacional, sendo salutar para transparência de informações, fornecimento de conteúdo, prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos, além de possibilitar que tais iniciativas de TIC sejam melhor desenvolvidas em virtude do entendimento das nuances culturais de cada país.

Palavras-chave: Cidadão; Cultura Nacional; Gestão Pública; Governo Eletrônico; Transparência.

Abstract

This study analyzed the impacts of IPSAS and national culture on e-government in countries. Secondary data was collected from 86 countries from international organizations such as the United Nations, the International Federation of Accountants, and The Culture Factor Group for the 2022 year, using Spearman correlation for associations and fractional logistic regression to analyze the relationship between variables. The dependent variable was the e-government index, and the independent variables were the stage of IPSAS adoption and the national cultural dimensions of Hofstede. Results showed that IPSAS adoption positively impacts the development of e-government in countries, enhancing accountability, information provision, and popular participation in political decisions. Individualism and long-term orientation were statistically significant in a positive manner, supporting the alignment between information and communication technology and societal education. Power distance was negative, as improving information transparency favors reducing inequalities among citizens, relative to e-government in countries. We can conclude that e-government is impacted by both IPSAS adoption and national culture, being beneficial for information transparency, content provision, accountability, and public agent responsibility, as well as enabling such ICT initiatives to be better developed due to understanding the cultural nuances of each country.

Keywords: Citizen; Electronic Government; National Culture; Public Management; Transparency.

[1] Mestrando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: johnatan.melo@ufpe.br

[2] Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Controladoria e Contabilidade. E-mail: daniel.jcsilva@ufpe.br

[3] Professor no Instituto Federal da Bahia (IFBA). Mestre em Ciências Contábeis. E-mail: fernandopaixao@ifba.edu.br

[4] Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E- mail: hellen.bomfim@ufpe.br

[5] Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E- mail: arlindo.menezes@ufpe.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do governo eletrônico nos países, por meio da evolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC), favoreceu a aplicação e a utilização dessas por entidades governamentais para melhorar seu relacionamento com a sociedade e demais atores sociais. Assim, as TIC tornaram-se importantes ferramentas para melhorar os serviços prestados à população, a transparência dos governos, a economia de recursos públicos, a melhor implementação de políticas públicas e o exercício da democracia. Dessa forma, entende-se por governo eletrônico (e-gov) a oferta, em formato eletrônico, de uma gama serviços, de informações e de processos disponibilizada pela administração pública para melhoria de seus serviços internos e da condição de vida dos cidadãos.

Numa perspectiva mais recente, a literatura aponta que iniciativas de e-gov, em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), podem melhorar a transparência e a responsabilização dos gestores públicos, bem como o desejo relacionado de aumentar a qualidade, a confiabilidade e a comparabilidade da informação a ser fornecida aos cidadãos pelo governo. Sendo assim, para potencializar a iniciativa e-gov, é fundamental que o governo adote padrões na gestão financeira pública, que fomentem a transparência e a comparabilidade das informações pelos cidadãos, por meio, por exemplo, da adoção das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

As IPSAS surgiram em meados da década de oitenta e se consolidaram como padrão internacional de normas contábeis no setor público focando a transparência e a comparabilidade das informações contábeis financeiras no setor público. Assim, para que haja o desenvolvimento do e-gov, é necessário vontade dos governos em adequar as suas estruturas, principalmente no que se refere aos processos de geração de informações aos cidadãos, além, claro, de fatores relacionados à infraestrutura tecnológica, ao capital humano, aos serviços *online* oferecidos, à confiança no governo e à cultura em que estão inseridos.

Outros estudos comprovaram que a cultura nacional, relacionada ao ambiente compartilhado por diversos atores e que diferencia as pessoas de um país ou de determinada região, por meio de seus valores, hábitos, crenças, costumes e padrões, pode influenciar as perspectivas, as prioridades, os aprendizados *online* do público e suas ações relacionadas ao e-gov.

Diante de tais perspectivas, justifica-se o estudo para se analisar a relação de como os países podem desenvolver o e-gov, por meio da adoção de padrões contábeis e da percepção dos componentes culturais nacionais, para garantir maior acesso às informações pelos cidadãos, participação nas decisões

públicas, maior transparência e responsabilização de atos dos gestores públicos, bem como aperfeiçoar a implementação de políticas públicas.

Além disso, como as organizações são formadas por pessoas que possuem características próprias que, em conjunto, podem influenciar o ambiente e as atividades às quais estão inseridas, o objetivo deste estudo é analisar o impacto das IPSAS e a da cultura nacional no governo eletrônico nos países.

Para se alcançar o objetivo da pesquisa, partiu-se do método dedutivo com uma abordagem quantitativa, tendo em vista o estudo da relação entre as variáveis por meio da construção de hipóteses, sendo uma pesquisa exploratória e descritiva. Além disso, o levantamento de dados foi realizado a partir de estudos já realizados e por meio de organismos internacionais e de entidade cultural para o ano de 2022.

Os dados coletados foram analisados por estatísticas descritivas, pela correlação de Spearman e por meio de uma regressão fracionária logística com 86 países, tendo o índice de e-*governmen*t como variável dependente e o estágio de adoção das IPSAS nos países, bem como as seis dimensões culturais de Hofstede (distância do poder, individualismo, masculinidade, aversão à incerteza, orientação a longo prazo e indulgência) como variáveis independentes.

O presente estudo organiza-se em cinco seções, sendo a introdução a primeira, em que são apresentados o contexto da pesquisa, a sua justificativa e seu objetivo, bem como sua metodologia, além do destrinchamento das seções. A segunda seção é a apresentação dos referenciais teóricos, contemplando conceito de e-gov, cultura nacional e as hipóteses da pesquisa. Na terceira seção está a metodologia detalhada da pesquisa, abarcando desde o método científico até a coleta e análise dos dados. Na quarta seção estão descritos, analisados e discutidos os resultados achados. Na quinta e última seção estão apontadas as conclusões, por meio das análises realizadas, as limitações e as sugestões para pesquisas vindouras.

REFERENCIAL TEÓRICO E HIPÓTESES

E-gov

O entendimento sobre o e-gov tem sido buscado por diversos atores ao longo dos anos, dentre eles, as *United Nations* (UN), no sentido de fortalecer a democracia, a governança, o desenvolvimento socioambiental, bem como o fluxo de informações entre governos e cidadãos. A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a sua implementação no setor público, além de

desenvolver as nações, permite a interação governo-cidadão, legitimando a representatividade do povo. Por conseguinte, a efetividade do uso das ferramentas de e-gov dependerá da transparência e da confiança entre a administração pública e o cidadão (ZAMORA-BOZA; ARROBO-CEDENÕ; CORNEJO-MARCOS, 2018).

Ao se considerar as iniciativas governamentais de transformação digital e de disponibilização eletrônica de serviços, bem como de processos públicos, entende-se e-gov como forte ação de inovação governamental, intuitiva e fácil de usar, mais alinhada com a tecnologia, que pode ser usada nos diversos setores dos órgãos públicos, por meio da transformação digital no governo (GONG; YANG; SHI, 2020; MERGEL; EDELMANN; HAUG, 2019).

Estudos iniciais buscaram investigar variáveis que contribuíssem para a maturidade do e-gov, como por exemplo: aspectos econômicos e financeiros ligados ao produto interno bruto dos países, aos recursos financeiros e às atividades econômicas, bem como aspectos de desenvolvimentos sociais ligados aos níveis de educação, ao acesso à tecnologia e à riqueza (CHEN; AKLIKOKOU, 2019; INGRAMS; MANOHARAN; SCHMIDTHUBER; HOLZER, 2020; MANOHARAN, 2013; RODRÍGUEZ-DOMÍNGUEZ; GARCÍA-SÁNCHEZ; GALLEGO-ÁLVAREZ, 2011).

Destaca-se que o processo de maturidade do e-gov passa por facilitadores e barreiras que dependem ou podem ser potencializados por aspectos políticos, por inovações de plataformas e pela adoção dos cidadãos a inovações digitais e plataformas de redes sociais (LINDERS, 2012; MANOHARAN; INGRAMS, 2018; PARK; CHOI; BOK, 2013). Além disso, o uso de tais tecnologias no governo aumentarão ainda mais o nível de oportunidades de comunicação sociopolítica e criarão formas de integração mútua entre governo, comércio e cidadãos (MURODULLAEVICH; SHARIFJANOVNA, 2023).

Pesquisas de (CUADRADO-BALLESTEROS; SANTIS; BISOGNO, 2022; ROOKS; MATZAT; SADOWSKI, 2017) se concentraram no conceito relacionado à internet, aos sistemas de geração de informações e às TIC para fornecer informações governamentais aos cidadãos. Na perspectiva da eficiência do governo para facilitar a governança e interação com a sociedade, destacam-se estudos de (IMF, 2023; LIAO; WANG, 2018).

IPSAS

De acordo com a *International Federation of Accountants* (IFAC) (2023), os objetivos das IPSAS são: promover uma maior *accountability* governamental em todos os países; melhorar a qualidade e a confiabilidade na contabilidade e nos relatórios financeiros; melhorar o desempenho

econômico e financeiro; melhorar a gestão e a disciplina financeira e gerar a harmonização internacional das exigências de informação.

Segundo Schmidthuber, Hilgers e Hofmann (2022), as IPSAS permitem disponibilizar, de forma padronizada, as informações financeiras, permitindo aos cidadãos maior capacidade de comparabilidade e de conhecimento sobre as informações governamentais. Nesse mesmo sentido, Brusca, Montesinos e Chow (2013) afirmaram que a implantação das IPSAS contribui na melhora de informações para a sociedade.

Em diversas partes do globo, estudos analisaram diferentes aspectos das IPSAS. A pesquisa realizada por Araya-Leandro, Caba-Pérez e López-Hernandez (2016) demonstra melhoria das informações financeiras nos países a partir da padronização das normas internacionais de contabilidade. Análises de (ARGENTO; PEDA; GROSSI, 2018; BOOLAKY; MIROSEA; OMOTESO, 2020) verificaram a importância do fomento de atores institucionais para uma melhor implementação das IPSAS e (MATTEI; JORGE; GRANDIS, 2020; SELLAMI; GAFSI, 2020) investigaram como os governos nacionais melhoram a transparência e a comparabilidade a partir da adoção das IPSAS.

Reformas nos processos executados no governo, principalmente ao se tratar de inovações, precisam de apoio político e da gestão do país, além de disponibilização de recursos para aquisição de software, hardware e contratação de uma equipe qualificada (CHAN, 2010). Estudos recentes sobre o tema são voltados principalmente para o efeito positivo na governança, por exemplo, Cuadrado-Ballesteros, Santis e Bisogno (2022), que evidenciaram empiricamente que as IPSAS são um conjunto de padrões de alta qualidade, preparando a estrutura do governo para inovações necessárias à transformação digital no setor público. Dessa forma, levanta-se a seguinte hipótese: *H1: A adoção das IPSAS tende a aumentar o desenvolvimento do e-gov pelos países*.

Desenvolvimento do e-gov e cultura nacional

Sob a perspectiva de Fernández *et al*. (2023), foi realizado estudo sobre a implementação e desenvolvimento do e-gov em alguns países da América Latina e indicaram que o sucesso tem relação com características dos cidadãos e sua atitude em relação à tecnologia, ou seja, eles terem habilidades digitais. Em estudo recente, Zhang *et al.* (2023) aponta que o desenvolvimento de dados governamentais abertos está positivamente ligado à cultura nacional no que diz respeito ao individualismo, à indulgência e à orientação a longo prazo e está negativamente relacionado com a distância do poder.

A cultura nacional pode influenciar bastante o desenvolvimento do e-gov nos países, bem como pode ser interpretada pelos formuladores de políticas públicas para que eles alcancem os objetivos

previstos, dirimindo os obstáculos que possam surgir no caminho (KUMAR *et al*, 2020). Como a cultura pode afetar as crenças, as necessidades, os valores e as expectativas das pessoas ao adotarem e-gov, cada país deve traçar a sua estratégia de desenvolvimento do e-gov de acordo com a sua cultura (ZHAO, 2011).

O estudo de Kovacˇic´ (2005) analisou o impacto da cultura nacional, por meio das quatro dimensões culturais iniciais de Hofstede, na implementação do e-gov nos países. Somente o individualismo e a distância do poder foram significativos para explicar as diferenças no nível de implementação para o e-gov. Zhao (2011) avaliou estratégias no desenvolvimento do e-gov nos países com cinco dimensões culturais de Hofstede, sendo apenas o individualismo, a distância do poder e a orientação a longo prazo significativamente correlacionados com o desenvolvimento do e-gov.

Estudo de Kumar *et al.* (2020) examinaram o impacto das seis dimensões culturais de Hofstede e do crescimento do Produto Interno Bruto per capita no desenvolvimento do e-gov em vários países, estando o individualismo, a orientação a longo prazo, a aversão à incerteza, a indulgência e o crescimento do Produto Interno Bruto per capita estatisticamente significativos para explicar o desenvolvimento do e-gov nos países.

Consoante Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), a cultura é um fenômeno coletivo, pois é compartilhada dentro de um mesmo ambiente social e assim assimilada. Em seu trabalho seminal em 1980, Hofstede esteve interessado em determinar se a cultura nacional teria influência nos ditames organizacionais, e o fez por meio do banco de dados da *International Business Machines* (IBM), aplicando mais de 116 mil questionários (*Value Survey Module*), em 50 países de 3 regiões, tendo por resultado 4 (quatro) dimensões culturais, por meio de uma análise fatorial das pontuações médias dos itens que influenciavam o meio: distância de poder, aversão à incerteza, individualismo x coletivismo, masculinidade x feminilidade.

Em 1991, Hofstede adicionou uma nova dimensão, denominada orientação temporal (curto x longo prazo), tendo por base os estudos de Michael Bond, efetuados com os resultados da *China Value Survey*, aplicada em 23 países ao redor do mundo. Mais recentemente, foi adicionada uma sexta dimensão, a indulgência x restrição, que se baseou na análise de dados do *World Value Survey* de Minkov para 93 países (HOFSTEDE; HOFSTEDE; MINKOV, 2010).

A distância do poder retrata à medida que os membros menos poderosos de instituições e organizações dentro de um país esperam e aceitam que o poder seja distribuído de forma desigual. Assim, trata do fato de que os indivíduos nas sociedades têm tratamento desigual, sendo que, quando possui um valor baixo, o grau de tolerância para as desigualdades é menor e possui maior cobrança nos atos (HOFSTEDE, 2011). A adoção de um novo conceito, como o e-gov, pode ser considerada uma

atitude que confronta a hierarquia do grupo dominante Zhao (2011). Dessa forma: *H2: O baixo nível de distância do poder tende a aumentar o desenvolvimento do e-gov nos países*.

O individualismo x coletivismo retrata a interdependência que uma sociedade mantém entre seus membros. Em sociedades individualistas (pontuação alta), as pessoas cuidam de si e de suas próprias famílias. O objetivo é a educação e as tarefas sobrepujam os relacionamentos pessoais. Já em sociedades coletivistas (pontuação baixa), as pessoas são pertencentes a grupos que cuidam delas em troca de lealdade e as relações prevalecem sobre as tarefas (HOFSTEDE, 2011). Assim, as sociedades coletivistas têm uma preferência menor por tecnologias do que as sociedades individualistas Khao (2011). Dessa forma: *H3: O alto nível de individualismo x coletivismo tende a aumentar o desenvolvimento do e-gov nos países*.

A masculinidade x feminilidade retrata se a sociedade será movida pela competição, realização, ambição, bens materiais e sucesso, sendo esse parâmetro definido pelo melhor em campo (pontuação alta), ou se os valores que perduram em uma sociedade estão voltados ao consenso, ao cuidado com o outro, à igualdade e à qualidade de vida (pontuação baixa) (HOFSTEDE, 2011). Em sociedades femininas, pontuação mais baixa, as comunicações unilateral e bilateral - televisão e internet -, são mais aceitas em relação às sociedades masculinas (KUMAR *et al*., 2020). Dessa forma: *H4: O baixo nível de masculinidade x feminilidade tende a aumentar o desenvolvimento do e-gov nos países*.

A aversão à incerteza retrata a forma como uma sociedade lida com o fato de que o futuro é desconhecido. Assim, membros de uma determinada cultura se sentem ameaçados por tais situações e criam crenças que tentam evitar tais incertezas. Sociedades com baixa pontuação são mais relaxadas e o desvio é mais tolerado, enquanto sociedades com alta pontuação preparam leis e regras para as possíveis mudanças (HOFSTEDE, 2011). Logo, países com baixa aversão à incerteza fazem maior uso da inovação tecnológica e das plataformas baseadas na internet (HOFSTEDE, 2011). Dessa forma: *H5: O baixo nível de evitação à incerteza tende a aumentar o desenvolvimento do e-gov nos países*.

A orientação temporal (curto prazo x longo prazo) retrata como as sociedades mantêm vínculos com o passado e se adéquam às situações presentes e futuras. Dessa forma, sociedades normativas (curto prazo), com pontuação mais baixas, preferem manter tradições e normas consagradas pelo tempo, encarando o futuro com desconfiança. Sociedades pragmáticas (longo prazo), com pontuação mais alta, fomentam a economia e esforços na educação para se prepararem para o futuro (HOFSTEDE, 2011). As tecnologias de informação e comunicação podem trazer incerteza e não são facilmente adotadas por países orientados ao curto prazo (KHAO, 2011). Dessa forma: *H6: O alto nível de orientação temporal (curto prazo x longo prazo) tende a aumentar o desenvolvimento do e-gov nos países*.

E a indulgência x restrição retrata a forma como as sociedades tentam controlar seus desejos e impulsos, com base na forma como foram criadas. Um controle relativamente fraco é chamado de indulgência, ou seja, maior pontuação, e o controle relativamente forte é chamado de restrição, ou seja, menor pontuação (HOFSTEDE, 2011). Sociedades indulgentes, por apoiarem os desejos humanos mais básicos, consideram que as tecnologias e o acesso à informação são necessidades básicas, enquanto as sociedades de restrição buscam a regulamentação por normas sociais (KUMAR *et al*., 2020). Dessa forma: *H7: O alto nível de indulgência x restrição tende a aumentar o desenvolvimento do e-gov nos países*.

METODOLOGIA

Percurso metodológico

Nesta pesquisa, utilizou-se o método dedutivo com uma abordagem quantitativa, amparada por constructos teóricos a fim de verificar a relação existente entre as variáveis, por meio de estatísticas descritivas e de modelos econométricos, bem como a associação entre elas (ANDRADE; FUJINO, 2023; PAIXÃO *et al.*, 2024; SAUNDERS; LEWIS; THORNHLL, 2019).

Com relação ao objetivo, tem-se uma pesquisa exploratória, já que foram desenvolvidas hipóteses, aumentando-se a proximidade do pesquisador com o fato estudado, bem como descritiva, pois consiste em análises por meio de pesquisa empírica com a finalidade de estudar fatos ou fenômenos (FREIRE *et al.*, 2023; LAKATOS, 2017). A consulta documental foi realizada em artigos científicos, no Portal IOLEs, no Portal de Periódicos da Capes e no Google Acadêmico, bem como em revistas científicas, para se verificar os impactos das IPSAS e da cultura nacional no e-gov dos países (LIMA; SANTOS; PAIVA, 2022; RAPOSO; LORETO; PIRES, 2023).

As consultas dos dados para se realizar a pesquisa foram feitas utilizando-se as palavras: "EGDI"; "EGDI *Index*"; "Egov"; "E *Government*"; "IPSAS"; "EGDI *and* IPSAS"; "Egov *and* IPSAS"; "E *Government and* IPSAS"; "Hofstede"; "Cultura Nacional"; "*National culture*"; Egov *and national culture*"; "EGDI *and national culture*" e "E *Government and culture national*". Tais dados secundários foram obtidos em *data base* de planilhas das *United Nations* (UN), da organização global que trata dos profissionais contábeis (IFAC) e da entidade que estuda a cultura como vetor de impacto na execução de estratégias (*The Culture Factor Group*).

Relativo aos procedimentos de análise dos dados, realizou-se um corte transversal, considerando o ano de 2022, tendo em vista importantes atualizações ocorridas neste ano para o *E-Government*

Development Index. Para a análise dos dados quantitativos, recorreu-se à utilização do software estatístico Stata 18 para averiguação e interpretação dos resultados das estatísticas descritivas, da correlação de Spearman e do modelo econométrico estimado por meio da regressão fracionária logística.

Por fim, vale destacar que, a escolha do modelo econométrico e do tipo de medida não paramétrica de relação entre as variáveis (correlação de Spearman), deveu-se à quebra dos pressupostos da normalidade dos dados e da homocedasticidade, por meio dos testes realizados para o uso das regressões lineares.

Seleção da amostra

A população do estudo é referente aos 193 estados-membros das UN para o *E-Government Development Index* (EGDI), sendo extraídos do UN *E-Government Knowledge Base.* A análise para se chegar nos escores dos índices ocorreu por meio de questionários, dos sítios nacionais, bem como pela forma que as políticas e estratégias de administração pública digital são aplicadas em termos gerais e em setores específicos para prestação de serviços essenciais (UN, 2023). O ano utilizado foi 2022, tendo em vista refinamentos nos índices para que pudessem capturar melhor as informações, como: aumento de critérios avaliativos, aumento de questões e de cidades avaliadas, questões sobre inclusão digital dentre outros.

Consoante a UN (2023), a fórmula matemática utilizada para o desenvolvimento do EGDI é a média ponderada de três escores normalizados relevantes na administração pública digital, com valores de 0 a 1, denominadas de: *Online Service Index* (OSI), mensura o alcance e qualidade dos serviços *online*; *Telecommunication Infrastructure Index* (TII), mede o status de desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações e *Human Capital Index* (HCI), capital humano inerente para tais desenvolvimentos. Cabe salientar que cada um desses índices é uma medida que pode ser estudada de forma independente.

A variável independente adoção das IPSAS foi retirada do *International Federation of Accountants*: *Adoption Status* (IFAC, 2023), seguindo a classificação da federação, sendo subdividida da seguinte forma: 0, para os países que não adotaram; 1 para os países que adotaram parcialmente e 2 para os países que adotaram totalmente.

As variáveis relativas à cultura nacional de Hofstede (distância do poder, individualismo, masculinidade, aversão à incerteza, orientação a longo prazo e indulgência) foram obtidas no sítio do *The Culture Factor Group*, marca operacional do Hofstede *Insights* Ltd., responsável pela consultoria de análise cultural e estratégica com alcance global.

Devido a diversas nuances relativas à adoção ou não das normas de contabilidade internacional aplicadas ao setor público para os países compreendidos pelo EGDI, além da falta de informações referentes às variáveis das dimensões culturais nacionais estudadas, eliminações de países da população foram fundamentais para análise, conforme demonstradas na Tabela 1:

Tabela 1 - Seleção da amostra

Amostra	Países
Total de estados-membros da *United Nations*	193
(-) Países não presentes na lista IFAC	(62)
(-) Ausência de dados para as dimensões culturais de Hofstede	(45)
Amostra final	86

Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, a amostra final totalizou 86 estados-membros das variadas regiões do globo, uma vez que foram excluídos 62 países que não constam na lista do IFAC 2023 e mais 45 países que não apresentaram os dados relativos às dimensões culturais de Hofstede.

Design da pesquisa

Normalmente é utilizado o estimador Tobit para o estudo de variáveis censuradas, segundo Wooldridge (2010), como seria o caso da variável EGDI, porém, ela não é estritamente censurada. Conforme Bisogno, Cuadrado-Ballesteros e Santis (2022), censura significa que todos os casos com valores acima e/ou abaixo dos limites assumirão o valor limite, de tal forma que o valor "verdadeiro" possa ser igual ou superior/inferior ao limite. O EGDI, por construção metodológica, não pode assumir valores abaixo do limite inferior (zero) e nem pode assumir valores acima do limite superior (um).

Diante disso, tendo em vista que o estimador tobit não seria o mais apropriado para esta situação, Amore e Murtinu (2021) sugerem os benefícios de outros modelos, como a regressão fracionária logística (BAUM, 2008; PAPKE; WOOLDRIDGE, 1996, 2008; WULFF; VILLADSEN, 2020), para os casos em que a "censura" seja imposta teoricamente. Nesse estudo, a variável dependente assume valores de 0 a 1, sendo denominada de EGDI, que foi descrita acima a maneira de se calcular matematicamente. Sendo assim, utilizou-se, a seu turno, o seguinte modelo:

$$EGDI_i = \beta_0 + \beta_1 IPSAS_i + \beta_2 DIP_i + \beta_3 IND_i + \beta_4 MAS_i + \beta_5 AVI_i + \beta_6 OLP_i + \beta_7 INDUL_i + \varepsilon_i$$

Na Tabela 2 foram descritas as variáveis inseridas no modelo, a descrição de como são mensuradas, os estudos anteriores que serviram de fundamentação teórica e a relação esperada com a variável dependente:

Tabela 2 - Descrição das variáveis do modelo econométrico

Variável	Descrição	Estudos anteriores	Relação esperada
Adoção das IPSAS (IPSAS)	0, para os países que não adotaram; 1, para os países que adotaram parcialmente e 2, para os países que adotaram totalmente.	IFAC, 2023; Cuadrado-Ballesteros; Santis; Bisogno, 2022	+
Distância do poder (DIP)	Pontuação de 0 a 100. Retrata as diferenças de desigualdade e poder dentro de uma sociedade. (*The Culture Factor Group*, 2023).	Hofstede, 2010; Kovacˇic´, 2005; Kumar *et al*. 2020; Zhao, 2011	-
Individualismo (IND)	Pontuação de 0 a 100. Retrata a coesão existente entre seus membros. (*The Culture Factor Group*, 2023).	Hofstede, 2011; Kovacˇic´, 2005, Kumar *et al*. 2020; Zhao, 2011	+
Masculinidade (MAS)	Pontuação de 0 a 100. Retrata o nível de valores de uma sociedade (*The Culture Factor Group*, 2023).	Hofstede, 2011; Kovacˇic´, 2005; Kumar *et al*. 2020; Zhao, 2011)	-
Aversão à incerteza (AVI)	Pontuação de 0 a 100. Retrata a forma como uma sociedade lida com o fato de que o futuro é desconhecido. (*The Culture Factor Group*, 2023).	Hofstede, 2011; Kovacˇic´, 2005; Kumar *et al*. 2020; Zhao, 2011	-
Orientação a longo prazo (OLP)	Pontuação de 0 a 100. Retrata como as sociedades se esforçarão para o futuro. (*The Culture Factor Group*, 2023).	Hofstede, 2011; Zhao, 2011; Kumar *et al*. 2020	+
Indulgência (INDUL)	Pontuação de 0 a 100. Retrata a forma como as sociedades tentam controlar seus desejos e impulsos. (*The Culture Factor Group*, 2023).	Hofstede, 2011; Kumar *et al*. 2020	+

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, a Tabela 2 sintetiza o que estudos anteriores comprovaram, por evidências empíricas, sobre os papéis da adoção das IPSAS e da cultura nacional no desenvolvimento do e-gov.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise descritiva dos dados

A análise descritiva dos dados contém a variável dependente e as variáveis independentes do estudo que, de maneira sintetizada, constam na Tabela 3. As informações que a compõem são formadas pela média, desvio padrão e os valores mínimos e máximos das variáveis analisadas.

A média da variável adoção das IPSAS (IPSAS) é de (0,779), demonstrando que a adoção das IPSAS é relativamente baixa entre os países que compõem a amostra. Dessa forma, esforços devem ser envidados pelos governos centrais para que seja adotado um conjunto de padrões de alta qualidade, para alavancar a estrutura governamental na busca de inovações no setor público. Em termos gerais, nesse

estudo, existem 31 países (36,05%) que não adotaram as normas, 43 países (50%) que adotaram parcialmente e 12 países (13,95%) que adotaram totalmente.

Tabela 3 - Análise descritiva das variáveis

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
EGDI	0,760	0,151	0,313	0,9717
IPSAS	0,779	0,675	0	2
DIP	63,918	20,963	11	100
IND	44,279	23,991	0	100
MAS	47,965	18,102	5	100
AVI	67,709	21,420	8	100
OLP	42,582	19,901	1	100
INDUL	43,546	22,276	0	97

Fonte: Elaboração própria.
Nota: EGDI: E-*Government Development Index*; IPSAS: grau de adoção das IPSAS; DIP: Distância ao poder; IND: Individualismo; MAS: Masculinidade; AVI: Aversão à incerteza; OLP: Orientação a longo prazo; INDUL: Indulgência.

A média da variável DIP denota que os países aceitam uma ordem hierárquica e que o poder é distribuído de forma desigual entre os membros da sociedade. Tendo por valor mínimo a Áustria (11), demonstrando que tal país preconiza pelos direitos iguais, pelo poder descentralizado e a hierarquia sendo apenas por conveniência e por valores máximo a Eslováquia e a Malásia (100), apresentando uma organização hierárquica forte, que denota a desigualdade entre os pares (THE CULTURE FACTOR GROUP, 2023).

Para a variável IND, a média apresentada constata que os países são mais coletivistas, sendo a relação mais importante do que as tarefas executadas. O valor mínimo foi da Nigéria (0), em que demonstra um país coletivista e o valor máximo foi da Holanda (100), evidenciando grupos individualistas, em que a educação foca no aprendizado constante e a execução das tarefas sobrepujam os relacionamentos pessoais (HOFSTEDE, 2011).

Em relação à média da variável MAS, os países estão mais focados na qualidade de vida, na orientação pelo consenso e no cuidado com o outro. O valor mínimo é da Suécia (5), primando pelo bem-estar de seus membros e o valor máximo é da Eslováquia (100), sendo tal país orientado a ser decisivo, motivado à competição, ao sucesso e à realização (THE CULTURE FACTOR GROUP, 2023).

Já para a variável AVI, a média relata que os países se preparam para as incertezas por meio de leis e regras que se adequem às mudanças. O valor mínimo foi de Cingapura (8), apresentando ambientes mais relaxados, sendo os desvios mais tolerados e o valor máximo foi da Grécia (100), em que mecanismos de segurança são criados para mitigar os efeitos das incertezas, como a burocracia, as regras e as leis (THE CULTURE FACTOR GROUP, 2023).

No tocante a variável OLP, a média expressa que os países são mais normativos, que mantêm suas tradições e normas consagradas pelo tempo, tendo como valor mínimo Gana (1), ratificando sua

característica normativa e por valor máximo a Coreia do Sul (100), em que existe uma estimulação à economia e aos esforços na educação moderna com o foco de se preparar para o futuro (THE CULTURE FACTOR GROUP, 2023).

Por fim, a média da variável INDUL denota que os países possuem um controle relativamente forte, restringindo os desejos e os impulsos da sociedade por meio de normas sociais. O valor mínimo (0) foi dos países Paquistão e o Egito, confirmando que nesses locais existe o controle da gratificação dos desejos por meio de normas sociais e o valor máximo (97) foi do México, caracterizando um país indulgente, em que sua sociedade realiza seus desejos e seus impulsos básicos (THE CULTURE FACTOR GROUP, 2023).

Na tabela 4 é apresentada a matriz de correlação de Spearman das variáveis. Existe correlação forte, significativa e positiva, entre EGDI e IND (0,791), sugerindo que, em países com características individualistas, por focarem mais em educação, prezam pelas tecnologias para melhorar o acesso de informação à população. Além disso, uma correlação moderada, significativa e positiva, existe entre EGDI e OLP (0,640), sugerindo que em países orientados a longo prazo, são desenvolvidos projetos e práticas vantajosas focadas no futuro.

Outro ponto a se destacar é a correlação moderada, significativa e negativa, entre EGDI e DIP (-0,578), descrevendo que países com níveis mais baixos de distância ao poder tendem a aumentar o desenvolvimento do e-gov, tendo em vista a busca por igualdade de direitos e a quebra de hierarquia.

Tabela 4 - Matriz de correlação de Spearman das variáveis

	1	2	3	4	5	6	7	8
1 EGDI	1							
2 IPSAS	0,173	1						
3 DIP	-0,578*	0,002	1					
4 IND	0,791*	0,006	-0,593*	1				
5 MAS	-0,113	-0,089	0,001	-0,088	1			
6 AVI	-0,027	0,045	0,257*	-0,011	-0,088	1		
7 OLP	0,640*	-0,087	-0,262*	0,570*	-0,115	-0,100	1	
8 INDUL	0,236*	0,132	-0,419*	0,267*	0,066	-0,252*	-0,121	1

Fonte: dados da pesquisa.
Nota: * indica coeficientes estatisticamente significativos ao nível de 5%.

Constataram-se correlações significativas moderadas, sendo negativa entre IND e DIP (-0,593) e positiva entre OLP E IND (0,570). Os demais pares de variáveis apresentaram correlações fracas ou bem fracas. Outros pares de correlações se mostraram estatisticamente significativos, dentre eles temos: AVI e DIP; OLP e DIP; INDUL e EGOV; INDUL e DIP; INDUL e IND; INDUL e AVI, sendo o modelo estimado ausente de indícios de multicolinearidade, verificado por meio do teste de fator de inflação de variância (VIF), dando todos abaixo de cinco.

Análise econométrica dos dados

A análise da relação entre o EGDI e as variáveis do estudo foi efetuada por meio da regressão fracionária logística com erros robustos, devido à quebra dos pressupostos da normalidade e homocedasticidade, como consta na Tabela 5:

Tabela 5 - Resultados do modelo econométrico

Variável dependente: EGDI	Modelo
Constante	-0,4340 (0,4254)
IPSAS	0,2687*** (0,1033)
DIP	-0,0064** (0,0028)
IND	0,0178*** (0,0032)
MAS	0,0003 (0,0025)
AVI	0,0044 (0,0027)
OLP	0,0165*** (0,0034)
INDUL	0,0028 (0,0029)
Log pseudolikelihood = -43,4955	Wald chi2(7) = 237,95
Pseudo R^2 = 0,0810	Prob > chi2 = 0,000

Fonte: dados da pesquisa.
Nota: ***, **, * indicam, respectivamente, significância ao nível de 1%, 5% e 10%. Erros-padrão robustos indicados entre parênteses.

O achado da análise referente à hipótese 1 demonstra que a adoção das IPSAS está relacionada com o EGDI, constatando-se significância estatística positiva, não a rejeitando. O resultado vai ao encontro do estudo de Cuadrado-Ballesteros, Santis e Bisogno (2022), apontando que a adoção das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público impacta positivamente no e-gov, transformando-o, por favorecer a *accountability* e a participação da população nas decisões públicas.

Tais mudanças são tanto no sentido estrutural (tecnologias da informação e comunicação) quanto na disponibilização de informações, assegurando que as iniciativas de e-gov deveriam acontecer de forma concomitante com as inovações contábeis que acontecem no setor público, para tornar a informação financeira mais facilmente comparável, além, claro, de se traduzir em responsabilidade e transparência entre os governos e os seus cidadãos.

Em relação à hipótese 2, nossos achados mostram uma relação significativa negativa com o EGDI, não a rejeitando. Dessa forma, eles vão ao encontro dos estudos de Kovacˇic´ (2005) e são inconsistentes sob os pontos de vista de Zhao (2011) e de Kumar *et al*. (2020). Em sociedades com

baixa distância do poder a igualdade de direitos é buscada e o conceito de e-gov é visto como redutor da hierarquia, bem como permite o fluxo livre de informações. Tais diferenças nos achados dos últimos autores poderiam estar atreladas à maior quantidade de países que foram utilizadas nesta pesquisa, bem como a atualização do índice em estudo que propôs alterações significativas no cálculo de seus componentes.

Em relação à hipótese 3, nossos achados mostram uma relação significativa positiva com o EGDI, não a rejeitando. Sendo assim, eles vão ao encontro dos estudos de Kovacˇic´ (2005), de Zhao (2011) e de Kumar *et al*. (2020). Em sociedades individualistas, a educação é priorizada de forma constante, sendo a TIC uma aliada ao seu desenvolvimento, logo, tende a alavancar o e-gov nos locais em que fazem parte.

Em relação às hipóteses 4 e 5, nossos achados não encontraram significância estatística que indiquem tais dimensões culturais como subsidiadoras do desenvolvimento do e-gov. Dessa forma, eles vão ao encontro dos estudos de Kovacˇic´ (2005) e de Zhao (2011), porém, são inconsistentes com os estudos de Hofstede (2011) e de Kumar *et al*. (2020) no tocante à variável AVI. No caso, mesmo apresentando correlação negativa com o EGDI, sugerindo que baixos níveis de AVI tenderiam a aumentar o desenvolvimento do e-gov, não apresentou significância estatística comprobatória.

Em relação à hipótese 6, nossos achados mostram uma relação significativa positiva com o EGDI, não a rejeitando. Eles vão ao encontro dos estudos de Zhao (2011) e de Kumar *et al*. (2020). Dessa forma, pelas sociedades serem mais pragmáticas, orientadas a longo prazo, focando na economia e na educação, possuem um melhor horizonte de planejamento para o futuro e o desenvolvimento do e-gov tende ser mais rápido.

Por fim, em relação à hipótese 7, nossos achados não encontraram significância estatística com as análises de Kumar *et al*. (2020). Em ambos os casos, a correlação foi fraca e positiva com o EGDI, porém, por trabalharmos com mais países e com o índice atualizado, tais fatores podem ter influenciado para não encontrar a significância. Além disso, outros fatores culturais (ideologia política, fragmentação étnica) e sociais (nível de educação, desenvolvimento humano) podem mitigar o desenvolvimento do e-gov nos países com características mais indulgentes, fazendo com que a tecnologia não seja um desejo tão básico para essas sociedades.

CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo analisar os impactos das IPSAS e da cultura nacional no governo eletrônico dos países. O estudo utilizou a correlação de Spearman para as associações e a regressão

fracionária logística para a relação entre as variáveis, e com isso, foi possível observar que a adoção das IPSAS apresentou significância estatística positiva com o governo eletrônico, não se rejeitando a hipótese 1 do estudo. Os resultados também mostraram que os países ainda precisam aderir mais aos padrões internacionais que elevam a capacidade estrutural de realização de processos no setor público e de geração de informações para melhorar a oferta de serviços à sociedade.

Com relação às variáveis que avaliaram os aspectos culturais nacionais, representados pelas seis dimensões de Hofstede, houve significâncias estatísticas positivas nas hipóteses 3 e 6, ou seja, individualidade e orientação a longo, e negativa na hipótese 2, distância do poder, não as rejeitando, demonstrando o impacto da cultura nacional no desenvolvimento do e-gov nos países. Por conseguinte, os gestores públicos e políticos necessitam compreender mais a cultura em que a sua sociedade está inserida para desenvolver melhores políticas públicas, serviços eletrônicos e reforçar o relacionamento governo-cidadão.

De modo geral, este estudo traz novas reflexões que foram criadas a partir da inclusão de variáveis ainda ainda não relacionadas com a temática em estudos anteriores, tais como novas dimensões culturais de Hofstede, bem como a inclusão de mais países para análise, além da análise do EGDI com sua atualização de métrica trazida em 2022, relacionada à modernização das estruturas de oferta dos serviços públicos nos países focando no desenvolvimento do e-gov.

Dessa forma, conclui-se que as iniciativas governamentais para o e-gov têm impactos positivos com a adoção das IPSAS, melhorando a transparência das informações, o fornecimento de conteúdo, a prestação de contas e a responsabilização dos agentes públicos. Ademais, possuem efeitos significativos com as variáveis culturais, em que o entendimento das nuances da cultura nacional pode conduzir com mais facilidade os respectivos países às iniciativas de uso de TIC, para realizar suas operações de disponibilização de serviços públicos em formato eletrônico, além de melhorar as implementações de políticas públicas.

Como limitação, pela estrutura do índice analisado, o estudo não alcançou o entendimento da sociedade acerca das inovações na oferta dos serviços públicos e não abrangeu um número maior de países devido à indisponibilidade de informações sobre as variáveis estudadas, o que poderia trazer novas compreensões sobre os fatores culturais que podem se relacionar com os níveis de e-gov nos países.

Para pesquisas futuras, outros tipos de metodologias podem ser aplicados aos cidadãos, usuários dos serviços públicos, em diferentes regiões do mundo, por meio de questionários e entrevistas que envolvam o grau de percepção do e-gov nos países. Além disso, análises de outros aspectos que possam ter papéis preponderantes no e-gov, tais como os econômicos (abertura comercial, endividamento,

crescimento econômico), os políticos (desenvolvimento do país, ideologia, democracia), os culturais (origem legal, controle da corrupção, fragmentação etnolinguística) e os sociais (desenvolvimento humano, tamanho da população, grau de instrução) poderiam aprofundar as evidências empíricas até aqui encontradas.

REFERÊNCIAS

AMORE, M. D.; MURTINU, S. "Tobit Models in Strategy Research: Critical Issues and Applications". **Global Strategy Journal**, vol. 11, n. 3, 2021.

ANDRADE, L. M. N.; FUJINO, A. "Condicionantes da qualidade da informação contábil à luz do regime de informação do sistema de governança corporativa: uma aproximação conceitual". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

ARAYA-LEANDRO, C.; CABA-PÉREZ, M. D. C.; LÓPEZ-HERNANDEZ, A. M. "The convergence of the Central American countries to International Accounting Standards". **Revista de Administração Pública**, vol. 50, n. 2, 2016.

ARGENTO, D.; PEDA, P.; GROSSI, G. "The enabling role of institutional entrepreneurs in the adoption of IPSAS within a transitional economy: the case of Estonia". **Public Administration and Development**, vol. 38, n. 1, 2018.

BAUM, C. F. "Stata tip 63: Modeling proportions". **Stata Journal**, vol. 8, n. 2, 2008.

BISOGNO, M.; CUADRADO-BALLESTEROS, B.; SANTIS, S. "Do e-government initiatives and e-participation affect the level of budget transparency"? **International Public Management Journal**, vol. 25, n. 3, 2022.

BOOLAKY, P, K.; MIROSEA, N.; OMOTESO, K. "The adoption of IPSAS (Accrual Accounting) in Indonesian Local Government: a neo-institutional perspective". **International Journal of Public Administration**, vol. 43, n. 14, 2020.

BRUSCA, I.; MONTESINOS, V.; CHOW, D. S. L. "Legitimating International Public Sector Accounting Standards (IPSAS): the case of Spain". **Public Money and Management**, vol. 33, n. 6, 2013.

CHAN, J. L. "As NICSPs e a Contabilidade Governamental de Países em Desenvolvimento". **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, vol. 4, n. 1, 2010.

CHEN, L.; AKLIKOKOU, A. K. "Determinants of E-government adoption: Testing the mediating effects of perceived usefulness and perceived ease of use". **International Journal of Public Administration**, vol. 43, n. 10, 2019.

CUADRADO-BALLESTEROS, B.; SANTIS, S.; BISOGNO, M. "Public-sector Financial Management and E-government: The Role Played by Accounting Systems". **International Journal of Public Administration**, vol. 45, n. 8, 2022.

FERNÁNDEZ, L. Á. V. *et al*. "E-Government and its Development in the Region: Challenges". **International Journal of Professional Business Review**, vol. 8, n. 1, 2023.

FREIRE, A. R. L. *et al*. "inovação no setor público: um estudo do programa cientista-chefe". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 44, 2023.

GONG, Y.; YANG, J.; SHI, X. "Towards a comprehensive understanding of digital transformation in government: Analysis of flexibility and enterprise architecture". **Government Information Quarterly**, vol. 37, n. 3, 2020.

HOFSTEDE, G. "Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context". **Online Readings in Psychology and Culture**, vol. 2, n. 1, 2011.

HOFSTEDE, G.; HOFSTEDE, G. J.; MINKOV, M. **Cultures and organizations**: software of the mind. New York: McGrawHill, 2010.

IFAC - International Federation of Accountants. "Adoption Status". **IFAC** [2023]. Disponível em: <www.ifac.org>. Acesso em: 11/12/2023.

IMF - International Monetary Fund. **The Political Economy of Govtech**. Washington: IMF, 2023. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em: 28/12/2023.

INGRAMS, A.; MANOHARAN, A.; SCHMIDTHUBER, L.; HOLZER, M. "Stages and determinants of e-government development: A twelve-year longitudinal study of global cities". **International Public Management Journal**, vol. 23, n. 6, 2020.

KOVAC˘IC´, Z. "The impact of national culture on worldwide egovernment readiness". **Informing Science Journal**, vol. 8, 2005.

KUMAR, S., *et al*. "Cultural Influence on E-Government Development". **The Electronic Journal of Information Systems Evaluation**, vol. 23, n .1, 2020.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

LIMA, A. E. O.; SANTOS, H.; PAIVA, R. "Políticas públicas para infância: um estudo da condição da criança no brasil e na espanha durante a pandemia da covid-19". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 12, n. 36, 2022.

LINDERS, D. "From e-government to wegovernment: Defining a typology for citizen coproduction in the age of social media". **Government Information Quarterly**, vol. 29, n. 4, 2012.

MANOHARAN, A. "A study of the determinants of county E-government in the United States". **The American Review of Public Administration**, vol. 43, n. 2, 2013.

MANOHARAN, A.; INGRAMS, A. "Conceptualizing E-government from local government perspectives". **State and Local Government Review**, vol. 50, n. 1, 2018.

MATTEI, G.; JORGE, S.; GRANDIS, F. G. "Comparability in IPSASs: lessons to be learned for the European standards". **Accounting in Europe**, vol. 17, n. 2, 2020.

MERGEL, I.; EDELMANN, N.; HAUG, N. "Defining digital transformation: Results from expert interviews"**. Government Information Quarterly**, vol. 36, n. 4, 2019.

MURODULLAEVICH, M. N.; SHARIFJANOVNA, Q. M. "Stages of introduction of electronic government". **International journal of research in commerce, it, engineering and social sciences**, vol. 17, n. 1, 2023.

PAIXÃO, F. S. *et al*. "Adoção de IPSAS e transformação digital no setor público: evidências das economias mundiais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 50, 2024.

PAPKE, L. E.; WOOLDRIDGE, J. M. "Econometric Methods for Fractional Response Variables with an Application to 401 (k) Plan Participation Rates". **Journal of Applied Econometrics**, vol. 11, n. 6, 1996.

PAPKE, L. E.; WOOLDRIDGE, J. M. "Panel Data Methods for Fractional Response Variables with an Application to Test Pass Rates". **Journal of Econometrics**, vol. 145, n. 1, 2008.

PARK, S.; CHOI, Y. T.; BOK, H. S. "Does better e-readiness induce more use of e-government? Evidence from the Korean central e-government"**. International Review of Administrative Sciences**, vol. 79, n. 4, 2013.

RAPOSO, K. R. P. S.; LORETO, M. D. S.; PIRES, F. R. C. "Avaliação do ciclo da política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses no contexto do sistema capitalista". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 44, 2023.

RODRÍGUEZ-DOMÍNGUEZ, L.; GARCÍA-SÁNCHEZ, I. M.; GALLEGO-ÁLVAREZ, I. "Determining factors of E-government development: A worldwide national approach". **International Public Management Journal**, vol. 14, n. 2, 2011.

ROOKS, G.; MATZAT, U.; SADOWSKI, B. "An empirical test of stage models of e-government development: Evidence from Dutch municipalities". **The Information Society**, vol. 33, n.4, 2017.

SAUNDERS, M. N. K.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. New York: Pearson, 2019.

SCHMIDTHUBER, L.; HILGERS, D.; HOFMANN, S. "International Public Sector Accounting Standards (IPSASs): A systematic literature review and future research agenda". **Financial Accountability and Management**, vol. 38, n. 1, 2022.

SELLAMI, Y. M.; GAFSI, Y. "Public management systems, accounting education, and compliance with international public sector accounting standards in sub-Saharan Africa". **International Journal of Public Sector Management**, vol. 33, n. 2, 2020.

THE CULTURE FACTOR GROUP. "Country Comparison Tool". **The Culture Factor Group** [2023]. Disponível em: <www.hofstede-insights.com>. Acesso em: 07/12/2023.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. Cambridge: MIT Press, 2010.

WULFF, J. N.; VILLADSEN, A. R. "Keeping it within bounds: Regression analysis of proportions in international business". **Journal of International Business Studies**, vol. 51, n. 2, 2020.

ZAMORA-BOZA, C.; ARROBO-CEDEÑO, N.; CORNEJO-MARCOS, G. "El gobierno electrónico en Ecuador: la innovación en la administración pública". **Revista Espacios**, vol. 39, n. 8, 2018.

ZHANG, X. *et al*. "Exploring the impact of national culture on the development of open government data: A cross-cultural analysis". **Big Data and Society**, vol. 10, n. 2, 2023.

ZHAO, F. "Impact of national culture on e-government development: a global study". **Internet Research**, vol. 21, n. 3, 2011.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 51 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima